

CASA DE
CAMILO



Noites de Insónia

08 Março 2017

Formador: João Paulo Braga

Local: Casa de Camilo – Museu (S. Miguel de Seide, Vila Nova de Famalicão)

O COFRE DO CAPITÃO-MOR

O homem, concluída a guerra do Paraguai, liquidou quinhentos contos, e retirou-se com esposa e filha para Mondim de Basto, sua pátria.

Passou, acaso, um dia por perto das ruínas de um casarão, reparou na pedra de armas que encimava um vasto portal de quinta, e perguntou de quem eram aqueles pardieiros.

O abade, a quem a pergunta era feita, respondeu:

—São da fazenda nacional, que se está cobrando há trinta e dous anos, de uma dívida antiga de impostos e respectivos juros e custas.

—E, depois que a fazenda nacional estiver embolsada, de quem é isto?

—Veremos a qual dos credores a lei dá a primazia — tornou o abade.

—Acho que os donos destes pardieiros eram fidalgos, porque tem armas reais à porta — volveu o brasileiro pouco versado em heráldica.

—Estas armas não são as reais — explicou o padre —, é o brasão de Pachecos e Andrades, muito ilustres senhores deste paço, que, em bons tempos, se chamou a honra de Real de Oleiros.

—Caíram em pobreza?

Sim, senhor; mas pobreza que tem uma história interessante. Meu avô conheceu esta família no galarim. Contava ele que o capitão-mor Pedro Pacheco estava em Lisboa,

quando o marquês de Távora, com os seus parentes, tentaram matar D. José, que era o amante da marquesa nova. Havia marquesa velha e nova, como sabe...

— A falar a verdade, não sei isso muito bem — atalhou ingenuamente o Sr. José Maria Guimarães. — Então como foi lá essa pouca-vergonha?

— Contos largos. A marquesa velha foi degolada, por não aceitar a prostituição da nova; a marquesa nova foi para um mosteiro bem regalado, enquanto o marido ia para a masmorra, e da masmorra para o cadafalso. Contos largos, amigo e Sr. Guimarães. Vamos cá ao nosso caso. O capitão-mor Pedro Pacheco era muito de casa do duque de Aveiro; e, como eu disse, estava em Lisboa, quando o duque foi preso na quinta de Azeitão. Assim que o soube, fugiu, e não fez mal; porque foi procurado lá e aqui. Logo que chegou a esta casa, que era então um paço feudal, deu ordem à mulher que se preparasse e mais dous filhos menores para saírem do reino. E, enquanto enfardelavam as bagagens, o capitão-mor mandou chamar meu avô, lavrador abastado, alferes de ordenanças, e muito seu amigo, para lhe entregar um cofre de pau-preto com braçadeiras de bronze, cheio de peças. O cofre era tão leve ou tão pesado que meu avô, querendo erguê-lo pelas argolas, gemeu. Lá por noite fora, pegaram os dous no cofre, transportaram-o à casa que ainda é a minha, e meteram-o num falso que ficava escondido pelas costas do leito de meu avô. Disse então o fidalgo ao depositário da sua riqueza que naquele caixote estavam trezentos mil e tantos cruzados em dobrões e peças de ouro, e outras moedas muito antigas. Disse mais que a sua casa ficava exposta a buscas de quadrilheiros e de tropa, que era o mesmo que deixá-la franca aos assaltos dos ladroes. Portanto, confiava de meu avô o seu dinheiro, sentindo não ter mais valiosas cousas que confiar à sua honra.

— Trezentos mil cruzados! — murmurou o Sr. Guimarães, esbugalhando os olhos — era bem bom dele! E depois?

— O fidalgo foi para Espanha, e para Inglaterra, onde tinha um seu parente embaixador, e por lá esteve alguns anos. Neste comenos, meu avô pegou de adoentar-se de moléstia héctica, e escreveu ao capitão-mor, pintando-lhe o seu estado e pedindo-lhe que viesse ou mandasse tomar conta do cofre. O fidalgo apareceu aqui uma noite com o maior resguardo, e meteu-se no seu palácio, confiando-se de um criado somente a quem deixara a feitorização das terras. De madrugada, mandou chamar meu avô, passaram juntos o dia, e de noite trouxeram ambos o cofre. Contava meu pai — parece que o estou ouvindo — que meu avô muitas vezes lhe dissera que o fidalgo não declarara onde tencionava esconder o tesouro; mas positivamente lhe dissera que o não levava para Inglaterra, já por temer ladrões, já porque não precisava gastar mais que os rendimentos

da sua grande casa.

Meu avô morreu daí a meses; e o capitão-mor voltou para a pátria no ano de 1777, quando D. José morreu, e o marquês de Pombal foi desterrado.

— Essa não sabia eu! — atalhou com cívico enleio o Sr. Guimarães.

— Que é que V. S.^a não sabia?

— Que o grande marquês foi desterrado! Quem foram os marotos que...

— São contos largos, Sr. Guimarães. Vinha eu contando que o capitão-mor voltou, já viúvo, com dous filhos barbados, muito extravagantes, sem religião de casta nenhuma, criados entre hereges, destemidos e levadinhos de todos os diabos. Ainda não há muitos anos que morreram dous velhos do seu tempo que me contaram as malfeitorias que eles praticavam. Batiam a matar em todas as ordenanças que por ordem superior lhe tinham entrado em casa à procura do pai. Desonestavam todas as cachopas destas três léguas em roda. Enfim, amarguraram a velhice do pai, que era um santo homem, a ponto de lhe roubarem as pratas porque ele lhes não dava quanto dinheiro pediam. Finalmente, o velho morreu de repente em 1782, segundo reza o epitáfio que está na igreja de Refojos, convento que ele e seus ascendentes haviam beneficiado...

— E os trezentos mil cruzados? — interrompeu o brasileiro.

— Lá vou já. Assim que o pai se finou, os dous filhos abriram todas as gavetas, levantaram tábuas, desladrilharam as lojas, escavaram debaixo dos tonéis, escalavraram os forros, e nada toparam. Revolveram todos os papéis, a ver se encontravam alguma indicação do dinheiro; e, com efeito, em um papelucho metido numa carteira vermelha, acharam isto, que meu pai leu também: *Pode ser que a pobreza vos não corrija; mas a riqueza decerto vos faria tigres. Eu não morrerei com o remorso de vos deixar nas mãos o pior instrumento dos perversos, que é o ouro não adquirido com o próprio suor.* Tomaram-se de raiva, e romperam direitos a casa de meu pai, perguntando-lhe pelo dinheiro do seu.

— Não há duvida — respondeu meu pai — que nesta casa e naquele falso esteve um cofre do Sr. capitão-mor; mas, alguns meses antes de dar a alma a Deus, meu pai, que era honrado, entregou o cofre a quem lho dera a guardar.

— E depois? — bradaram eles.

— Depois, nada mais sei, senão isto que seu paizinho me repetiu muitas vezes.

— Nós havemos de achar os ladrões.

— Pois é procurá-los — disse meu pai.

Volveram a casa, e amarraram de pés e mãos o velho feitor do capitão-mor, determinados a não o desatarem sem ele denunciar a paragem do tesouro; porque o velho

declarara que ninguém, senão ele, soubera da vinda do capitão-mor à pátria, enquanto vegetou el-rei D. José, e o marquês de Pombal reinou. O feitor deixava-se martirizar e morrer, ou porque realmente nada sabia, ou porque esperava que afinal o deixassem. O caso é que, depois de solto, desapareceu destas terras, e nunca mais houve novas dele. Muita gente supôs que o feitor levou os trezentos e tantos mil cruzados; mas meu pai, que o conheceu e teve em conta de muito honrado, afirmou que o dinheiro estava enterrado. Não sei; mas o desaparecimento do criado confidente do capitão-mor, a meu ver, deixa supor que a estas horas, lá por esses reinos estrangeiros, vivem muito ricos os filhos do feitor. Deus sabe o que foi.

— E então os dous filhos do capitão-mor ficaram pobres? — tornou o Sr. Guimarães.

— Pobres?! não, senhor. Quem tem sete quintas, que rendiam cinco a seis mil cruzados, que há oitenta anos valiam dezoito mil cruzados de hoje em dia, não é pobre. O que eles fizeram foi tratar de se empobrecer. O morgado por aqui ficou, entretido com mulheres, galgos, caçadas, cavalos, feiras, jogo e valentias. O outro, que teve duas quintas de património, reduziu-as a moeda sonante, e foi para Lisboa requerer não sei que recompensas a D. Maria I, pensando que o ser seu pai amigo do duque de Aveiro lhe dava direito a ser galardoado. Ora, se ele soubesse que a filha de D. José negou ao desventurado, ao inocente e quase mendigo D. Martinho de Mascarenhas os bens de seu pai, duque de Aveiro, não iria alegar como cousa digna de prémio o affecto do capitão-mor ao regicida supliciado.

— Conte-me lá isso por miúdos... — atalhou o brasileiro que não lera a *História Portuguesa* do Sr. Viale.

— São contos largos. Vamos primeiro à história do último senhor da honra de Real de Oleiros — respondeu o abade, e continuou: — Não sei onde nem quando morreu Sebastião Pacheco de Andrade, o filho segundo do capitão-mor. Ouvei, porém, dizer que morrera novo, pobre e desonrado. Quanto ao morgado, sei que ele casou com a menos digna das suas concubinas, já quando não toparia menina honesta que aceitasse o fidalgo de Real de Oleiros. Cristóvão Pacheco, apesar da libertinagem e desperdício, ainda gozava o que se chama decente mediania, quando saiu deste mundo, antes dos cinquenta anos. Teve um filho antenupcial da criada com quem casou. Este conheci eu mui de perto e em conflito muito deplorável, como lhe contarei. O pai, que desprezava frades e zombava da religião, mandara-o educar em religião e com um parente frade da Ordem Beneditina. O rapaz alegrou-se grandemente ao noticiarem-lhe que o pai era morto e ele herdeiro. Veio aqui, por aí esteve dous anos sossegadamente, olhando pelos bens, posto que debaixo de tutela;

e, quando orçava pelos dezenove anos, tao grandes amostras dava de homem de bem que se lhe ofereceu para esposa uma senhora de linhagem ilustre e dotada com vinte mil cruzados. Emancipado pelo casamento, apossou-se do casal, desempenhou parte das quintas hipotecadas, e manteve bons créditos por espaço de alguns anos.

Em 1832 era ele ainda muito rapaz, e já então vestia a farda de capitão de milícias. Esteve no cerco do Porto, onde consta que procedera valentemente. Porém, no fim da guerra, os bons costumes com que saíra desta casa por lá ficaram. O homem voltou tão diverso, tão estragado na moral, que já ninguém o via e ouvia que se não lembrasse do pai. A esposa não sei se por santa, se por pecadora, fugiu-lhe com uma criança de cinco anos para a casa de onde viera; e ele, hipotecando os bens já deteriorados com as prodigalidades da vida militar, levantou muitos contos de réis, e estabeleceu-se em Lisboa.

Desde 1836 a 1843, o seu viver na capital deu brado por *aventuras amorosas*, como lá dizem os salteadores da honra das famílias. Pedro de Andrade, que assim se chamava, como seu avô, era um homem gentil, bem feito, galhardo e muito airoso. Tinha as seduções de Satanás feito homem. A corrupção o de Lisboa era grande, e ele ainda maior; mas desgraçadamente, o maldito empestou muita menina inocente, e abriu muitos abismos aos pés das virgens que pareciam ter postos no céu os olhos contemplativos.

— Que grande maroto! — disse o brasileiro.

— Em 1843, depois de uma ausência de seis anos, apareceu aqui, de repente, Pedro de Andrade, e procurou-me a fim de me propor a compra dos bens que ainda não estavam cativos de dívidas. Eu desculpei-me com a falta de dinheiro, e outros aceitavam a proposta, se a mulher assinasse os contratos. Neste entretanto, recebi de Lisboa certa gazeta de que era assinante, onde li uma notícia que me abalou dolorosamente. E, estando em minha casa Pedro de Andrade, perguntei-lhe se tinha notícia do triste sucesso contado pelas gazetas. — Qual successo? — perguntou ele. «Eu lho leio», disse eu; e visto que estamos à minha porta, queira o Sr. Guimarães entrar, que eu lhe vou ler a gazeta, que Pedro de Andrade ouviu com inalterável semblante.

*

*

*

O brasileiro entrou na saleta do abade, que tirou da estante dos seus livros a *Revista Universal Lisbonense* de 1843; e leu, a páginas 23, o seguinte:

«A POMBA E O ABUTRE

Quase todos os papéis públicos transcreveram do *Portugal Velho* o caso de uma donzela fugida do paço real. Levantaram sobre isto altos clamores contra ela, contra o sedutor, contra a perda da proverbial gravidade do palácio português. Sentimo-lo e calamos. — Era assunto melindroso; para relatar e sentenciar carecíamos ainda de evidência. Hoje supomo-nos habilitados para ratificar e completar a narração de um sucesso que, devida ou indevidamente, já caiu no domínio do público, e não é possível extorquir-se-lhe da memória.

No palácio velho da Ajuda vegetam ainda umas cinquenta ou mais solitárias, que, oprimidas dos anos e das moléstias, recebem da caridade da soberana o pão pelos serviços, que outrora prestaram às rainhas e princesas suas ascendentes; — são os ornamentos partidos e desfigurados de um século, que desabou para nunca mais ser reconstruído. — Todas estas mulheres são tristes como relíquias de tempos festivos, saudosas, ou antes, saudades elas mesmas: — a presenta de todas e de cada uma, agrava a cada uma e a todas elas a melancolia do crepúsculo da morte, que já lhes vem anoitecendo. — Todo o rebuliço, todas as quotidianas transformações materiais, morais e políticas da vizinha capital, onde já foram vivas, moças e brilhantes, ou não chegam ali, ou só chegam como uns contos vãos e longínquos, como sonhos de cousas passadas em outro planeta: que têm elas que ver no berço que se aparelha para uma nova idade? — elas, que já pendem para o sepulcro, a contemplar no fundo dele tantas cousas louçãs e vivazes, que lhes pertenciam!

Entretanto, no meio deste palácio de tristezas volteava ainda um raio de sol; um arbusto florescia púrpuras no meio deste cemitério; uma avezinha cantava primavera entre o desconsolo destas ruínas; uma viração deliciosa fazia às vezes sussurrar agradavelmente estes musgos ressequidos. Tudo isto era a jovem Maria, lindeza de 18 anos, lindeza corporal como poucas, lindeza de espírito como ainda menos, lindeza de coração como quase nenhuma, sobrinha e companheira de uma destas velhas, companheira e amiga de todas elas. Maria era realmente o feitiço, a vida e o encantamento daquele retiro sem porvir. Toda a casa a amava: era uma paga de dívida; Maria queria-lhe muito, quase que ali abrisse os olhos, pelo menos outra nenhuma lhe lembrava; sob aqueles tectos brincara desde a idade de três anos; entre aquelas cabeças encanecidas se fora

coroando a sua de longas tranças louras: entre o crescer de tantas rugas se desenvolveram e aperfeiçoaram as suas graças; entre o progressivo decair de tantas prendas e esperanças como as folhas verde-pálidas que em pomar de outono se despegam uma a uma, os seus talentos naturais por uma desvelada educação, que a munificência da Sr.^a D. Maria I proporcionara a sua tia os meios de lha dar, tinham chegado ao seu maior auge.

Maria do Carmo reunia às prendas manuais próprias do seu sexo, um ler e escrever primoroso, noções e gosto de literatura, mormente da francesa, em cuja língua era mui versada, e música, merecendo no piano as honras de mestra, e por coroa de elogio verdadeiro, os seus costumes eram puros e o seu corarão religioso: nas orações que todas iam quotidianamente depor aos pés do altar, as dela deviam rescender mais a inocente alegria que a temores ou remorsos. — A 25 de Junho orava no coro com sua tia quando o relógio dos paços bateu às 6 da tarde. Levanta-se, pede licença para deixar o restante para depois, e ir entregar — que o prometeu — um debuxo de bordados a uma sua amiga fora da casa.

Foi: correram horas, e não voltou.

Começaram e cresceram cuidados: mandou-se à busca por todas as partes; passou o serão, passou a noite, e passaram também dias, sem que a tornassem a ver, nem a ouvir dela nova alguma.

Nessa tarde alguém se lembra de ter notado uma sege parada debaixo da arcada do paço. E um morador da casa acrescenta que, perto da noite, achando-se no Cais do Sodré, vira chegar uma sege à porta de uma hospedaria, e um homem de chapéu branco apear uma menina, que lhe pareceu ela.

Devolidos quatro mortais dias, chega no domingo um galego com uma carta para a consternada tia: — entrega-lha em mão própria, e ajunta havê-la recebido de uma menina mui linda, que lavada em lágrimas e afogada em soluços lhe recomendara fosse levá-la correndo, e lhe trouxesse sinal de ter sido recebida. O conteúdo desta carta ninguém o soube, mas parte dele facilmente se pode presumir. — Às nove horas dessa mesma noite viram-se sair pela portaria dous vultos rebuçados, que por mais que a porteira os interrogasse, partiram sem dar resposta. À hora e meia da noite os mesmos dous vultos vieram bater à porta, trazendo entre si amparado e quase em braços um terceiro, que ninguém reconheceu. Abriram uma porta, que havia muito não servia, e que dava passagem para a pousada da fugitiva, e entraram.

Pessoa do sítio por quem isto soubemos, nos acrescentou que o estado de Maria na seguinte manhã, segundo lho descrevera quem acabava de a ver, cortava o coração. As

suas tranças louras e espessas tinham desaparecido. O seu rosto pendia pálido e esmorecido. Duas fontes corriam dos seus olhos. A sua dor via-se e era terrível porque era muda.

As suas ocupações desde então têm sido orar e chorar: com isto leva no oratório as horas do dia e da noite, abraçada com a imagem da consoladora dos aflitos, beijando-a nos pés, nas mãos e no rosto como filha e sua mãe — como filha pródiga, que procura, à força de se restituir toda, reconquistar o coração materno; como se coração materno se apartasse nunca. O pai agravado perdoa, a mãe não, toda ela foi sempre amor, e o amor não sabe senão amar.

A única pessoa que além de sua tia a tem visto, é o médico, alma sensível, de quem recebe os socorros mais assíduos e delicados. Entretanto o mal que a mina é grave. Quase privada do alimento e do sono, os seus dias parecem ameaçados de um fim prematuro. Se a violência mesma da sua dor lhe não limitar em breve a duração, outro perigo pouco menos cruel que o da morte parece ameaçá-la. O pranto contínuo que afoga os seus olhos, receia-se que venha por último a lhos apagar, e que a pobrezinha que, ainda há pouco, era o raio de sol de toda a habitação, venha ainda a ser, mergulhada em trevas e sobrevivendo a si mesma, um objecto de profunda e estéril compaixão para tantas infelizes, a quem ela, pouco há, repartia alegrias e emprestava mocidade.

E agora quem a condenará por um erro, cuja origem e história nos são desconhecidos?! quem a apedrejará entre os braços, sob o manto e sob os olhos da Rainha dos Anjos, que lhe deu o seu nome, lhe chama filha sua e com a vista serena e amorosa lhe está apontando para as alturas?! Que delitos e crimes (quanto mais erros!) deixariam de se lavar com tantas lágrimas!!! E há entretanto aqui um homem, talvez entre nós, talvez festejado e respeitado — um homem, que ela generosa não nomeia, não nomeará nunca — um homem, cujo rosto mais duro que o de Caim se não transformou, se não tingiu de repente na cor de sua alma para o denunciar, como sacrificador da inocência, da virtude, da formosura e do amor, de um amor irresistível, inspirado por ele, e que a ele sacrificava tudo até a vida — tudo até o porvir — tudo — tudo até a honra!!! Há aí um homem destes!! Há-o sem dúvida! e se as justiças o descobrissem, este homem receberia uma pena: menos afrontosa que a do ladrão assassino... Este homem não havia de ser mandado por todas as cidades e vilas do reino de braço dado com o carrasco, para ser atado a cada pelourinho, escarrado no rosto por todos os homens e mulheres, e esbofeteado depois pelo seu menos infame companheiro de jornada

com a mão esquerda. Não: que importa o que padece uma mulher? Não cresse nas palavras de quem a fascinara; não fosse moça, inocente e amante; não fosse mulher. As justiças da sociedade têm mais cousas em que pensar. E demais não se vê isto todos os dias? Não são conhecidos muitos outros que também matam assim o tempo com estas caçadas amorosas? que o confessam com vanglória e que em companhias mui luzidas são por isso admirados e invejados? Tratemos dos interesses materiais. O restante são quimeras, são fanatismos, são misérias, indignas da atenção de legisladores, e dos homens ilustrados de 1843.»

Concluída a leitura, o abade prosseguiu:

— Ouvida a história, o fidalgote sacudiu a poeira das calças com um chicotinho de baleia, e disse: «São vulgaríssimos esses casos em Lisboa. O que a mim me espanta é que a imprensa vista o hábito de Tartufo, e saia às praças a pregar contra a corrupção que ela promoveu com os seus romances, com as suas filosofias, com as suas teses de liberdade, e com a perseguição de escárnio e de fome feita aos apóstolos da sincera oralidade.»

Discursou largamente neste sentido, e despediu-se, deixando-me inclinado a dar-lhe razão.

*

*

*

Passam-se três dias — continuou o abade; — era meia-noite de 2 de Agosto do mesmo ano de 1843. Recolhia-me à igreja de ter ministrado a extrema-unção a um moribundo, quando ouvi dous tiros a pouca distância, e daí a minutos o alarido de muitas vozes, gritando «homem morto!»

Saí ao adro e encontrei pessoas que já vinham chamar-me para assistir aos paroxismos de Pedro de Andrade que estava mortalmente ferido à porta de sua casa.

Quando cheguei, já o haviam transportado ao leito. Estava ainda vivo. Assim que me viu, acenou-me com ansiedade, apertou-me convulsamente a mão, e segredou-me: «Quero confessar-me, que vou morrer.»

Escutei-o por espaço de hora e meia; as frases eram cortadas por gritos de agonia; ambas as balas lhe estavam dilacerando as entranhas do peito; e, ainda assim, aquele demorado arrancar da vida me quis parecer uma delonga providencial para que o grande criminoso tivesse tempo de penar e chorar suas

culpas. Expirou com todos os sacramentos, pedindo-me que em nome dele pedisse perdão a seu filho e a sua mulher,

O moribundo, quando me revelou o seu derradeiro delito, rogou-me que desse publicidade ao crime e ao castigo a fim de que a sua desgraça pudesse aproveitar aos centenaes de delinquentes que lhe haviam dado o exemplo do vício e da impunidade. E, portanto, não escrupulizo em lhe dizer que o sedutor da infeliz Maria do Carmo havia sido Pedro de Andrade, e que os vingadores da abandonada menina deviam ser seus parentes, posto que o assassinado os não houvesse conhecido, e lhes ouvisse apenas dizer, antes de desfecharem as clavinas, que traziam saudades da prostituída senhora do paço da Ajuda.

— Com efeito! — observou o Sr. Guimarães — essa história arrepiou-me os cabelos!... V. S.^a há-de emprestar-me essa gazeta que eu quero copiar esse caso! Diga-me cá: e o filho desse desgraçado?

— O filho do desgraçado, que tinha então onze anos e estava com sua mãe, pode dizer-se que ficou literalmente pobre. Os credores e a fazenda nacional disputaram-se a posse do espólio. O rapaz, quando chegou à idade de tomar conta da honra de Real de Oleiros, convenceu-se que lhe era mister trabalhar para não morrer de fome. Os parentes de sua mãe, posto que abastados, não o protegeram, e tornaram-lhe pesada a esmola do pão e da cama. Um dia, o brioso moço saiu com sua mãe da casa que lhe amargurava o bocado, e foi habitar um casebre nas vizinhanças do escrivão, que o fizera seu amanuense, e lhe dava doze vinténs por dia. V. S.^a conhece-o. É aquele Álvaro de Andrade que tem lavrado as escrituras de compra de propriedades que o Sr. Guimarães tem adquirido...

— Pois é esse!... Aquele homem humilde que me beijou as mãos quando eu lhe dei uma libra de gratificação...

— É esse mesmo.

— E nunca me disse de que família era...

— Não fala em família, e parece até esquecido da sua procedência. Que eu, a falar verdade, uma vez, passando com ele defronte das ruínas da casa de seu pai, surpreendi-o a olhar para as paredes derruídas com as lágrimas nos olhos. Perguntei-lhe por que chorava, e ele respondeu-me que chorava por sua mãe, lembrando-se que daquela casa saíra ela coberta de mais amargas lágrimas.

— Coitado! — disse o brasileiro — hei-de fazer-lhe o bem que puder.

— E pode muito V. S.^a; mas faça-lho de modo que o não humilhe.

— Eu cá sei, Sr. abade. Nós, os chamados brasileiros, sabemos todos os processos de dar esmolas aos nossos patrícios de modo que eles se dispensem de nos agradecer, e até lhes deixamos o direito salvo de nos ridiculizar.

A justiça inspirara este homem, que nunca fora tão eloquente.

*

* *

Pouco tempo depois, anunciou-se a venda da quinta de Real Oleiros e suas pertencas, a requerimento dos credores. José Maria Guimarães cobriu todos os lanços. Foi-lhe adjudicada a quinta por alto preço. Os licitantes, que eram os credores, acotovelavam-se jubilosos, e diziam entre si:

— *Espiguemo-lo.*

E, assim que o ramo lhe foi entregue, disseram unanimemente:

— *Foi espigado!*

O brasileiro pagou imediatamente ao instrumento da adjudicação, e disse, relançando a vista aos alegres credores de Pedro Andrade:

— Meus senhores, o que vale aos credores dos fidalgos que não pagam, são estes *nossos irmãos de além-mar*, que, lá e cá, melhor fora chamar-lhes *irmãos de misericórdia...*

— É parvo! — disse um poeta de Basto ao ouvido de um bacharel de Felgueiras.

*

* *

Passados dias, começaram obras de reedificação no local do palacete arruinado. O proprietário, fazendo-se encontradiço com o amanuense do tabelião, disse-lhe:

— Ó Sr. Álvaro, vá o senhor hoje, se não tiver que fazer, à quinta de Real, que temos que conversar a respeito de certos arranjos.

— Sim, senhor — disse Álvaro — quando V. S.^a quiser.

— Às 4 da tarde; e leve tinteiro e papel, que não há lá disso.

À hora aprazada, entrou o bisneto do capitão-mor na extinta honra dos Pachecos e Andrades. Já lá estava o brasileiro, às testilhas com os alvenéis. Assim que chegou o escrevente do tabelião, subiu com ele por entre um matagal de bravo

até ao alto de um outeirinho onde se erguia um pombal já descalçado, mas ainda assim a porção menos esboroadada das pertenças da quinta, graças à fortaleza do tecto abobadado de pedra.

Havia dentro uma banca de granito, onde outrora os senhores de Real se desenfastiavam em merendas, depois das fadigas da caça na tapada defesa. Já lá estavam duas cadeiras.

— Sente-se aí, Sr. Álvaro — disse José Maria Guimarães — e vá escrevendo.

— Pronto! — respondeu o escrevente, rodando a sibilante tarraxa do tinteiro de chifre.

— Ponha aí os nomes dos pobres da freguesia que não têm casa de seu.

Álvaro Pacheco escreveu trinta e quatro nomes; quedou-se um momento, e perguntou:

— De todos os pobres que não têm casa?

— Sim, de todos os pobres que não têm casa própria.

— Então, falta o meu nome. Somos trinta e cinco os pobres que não temos casa.

E escreveu: *Álvaro, escrevente de tabelião.*

— Muito bem — volveu o brasileiro comovido — sabe o que eu quero?

— V. S.^a o dirá.

— É ceder metade desta quinta aos pobres para eles edificarem uma casa com seu quintalejo; já se vê que sou eu que pago as obras das casas; e, visto que o Sr. Álvaro é um dos trinta e cinco pobres, escolha o local onde quer a sua casa feita. A escolha do local é sua; ora agora, o feitio da obra é cá por minha conta.

— Os pobres aceitam, não escolhem — disse Álvaro.

— Mau! — replicou José Maria Guimarães — mau! ou bem que somos francos um com o outro, ou não temos nada feito. Eu cá sou assim!

— Então quer V. S.^a ...

— Deixemo-nos de *senhorias*. Eu sou filho de um almocreve, e neto e bisneto de burriqueiros; e o Sr. Álvaro Pacheco é descendente de capitães-mores a quem meus avós traziam presuntos de Melgaço nas suas récovas de machos. Deixemo-nos de *senhorias*. Vamos à questão. Onde quer a sua casa?

— Aqui — disse Álvaro.

— Aqui no pombal?!

— Aqui, porque fica sendo casa, e ao mesmo tempo memória de ter estado neste sítio um homem honrado.

— Ou dous — emendou o brasileiro. — Dê cá um abraço, e vamos embora, que faz aqui frio.

E, no decurso do caminho, prosseguiu:

— O Sr. Álvaro há-de fazer-me o favor de se despedir do serviço do tabelião, se lhe não custar. Preciso de quem me represente nestas obras, enquanto vou tratar de negócios a Lisboa. Eu cá lhe deixo as plantas das casas dos pobres, e o capital para o custeio das despesas.

*

*

*

O brasileiro voltou, passados seis meses. Todas as casas estavam já de parede e tecto, quando voltou, excepto a do pobre chamado Álvaro.

— Com que então a casa n.º 35 ainda não tem sequer os alicerces? — perguntou o benfeitor.

— É porque o pobre n.º 35 não precisa tanto como os outros — respondeu o feitor.

— Então vou eu ser agora o fiscal das suas obras — tornou José Maria.

E, ao outro dia, fez convergir os melhores operários para a bouça do pombal, e mandou arrasar a vivenda de centenas de andorinhas que se esvoaçavam ao primeiro troar dos alviões e marretas.

Álvaro e José Maria assistiam ao derrubamento do pombal, um tanto condoídos do esgazear das espavoridas habitadoras das ruínas

Nisto, um pedreiro esboroando com a alavanca de parede, descobriu uma superfície escura, que se lhe figurou lousa.

— Que diabo de obra é esta de lousa em parede de cantaria? — disse o alvenel.

O brasileiro abeirou-se da parede, apalpou a suposta lousa, e observou ao pedreiro que era pau e não lousa, mandando socavar dos lados, e alimpar a superfície do que quer que fosse.

— Isto é um caixote! — disse o mestre da obra — querem vocês ver que o Diabo as arma?

— Arma o quê? — perguntou José Maria Guimarães.

— V. S.^a nunca ouviu dizer que os fidalgos de Real esconderam um tesouro que nunca se encontrou?

— Já ouvi dizer isso. Atirem abaixo toda a pedra que está dos lados, e não embarrem no caixote. Cuidado lá com isso! Sr. Álvaro, parece-me que vai assistir à ressurreição do melhor defunto dos seus avós — bradou o brasileiro.

— Como?! — perguntou Álvaro, que vinha entrando no recinto do pombal.

— Venha ver. Apalpe. Que é isso?

— Parece-me um caixote — disse o bisneto do capitão-mor.

— Não é parece; é que é. Sabe o que lá está dentro? Sabe a história dos trezentos e tantos mil cruzados do seu bisavô?

— Ouvi dizer que...

— Que nunca apareceram Aparecem hoje. Estão ali.

Álvaro de Andrade, que tinha encarado o infortúnio de trinta anos com intemerato aspecto, descorou em frente da tábua negra que devia ter dentro uma coisa chamada, bem ou mal, a *fortuna*.

A este tempo, o caixote era apeado, suspenso entre quatro robustos braços.

— Oh! como pesa! — gemeu um dos pedreiros.

— Pudera não! — disse o brasileiro — trezentos e tantos mil cruzados!

— Os rios correm para o mar, Sr. Guimarães — observou o mestre-de-obras.

— Que quer dizer, mestre? — perguntou o brasileiro.

— Que se V. S.^a era rico, é agora riquíssimo.

— Obrigado pelo conceito que faz de mim, mestre... — voltou José Maria entre risonho e agastado.

— Ó meu senhor, pois eu...

— Suspeita-me de ladrão...

— Valha-me Deus!... o que aparecer em terra de V. S.^a seu é.

—E esta terra é minha? Pois não sabe que este chão é deste pobre que se chama Álvaro?

—Ó Sr. Guimarães!... — exclamou o filho do último senhor da honra de Real de Oleiros, e não pôde articular outra expressão.

—Vamos! — acudiu o brasileiro — para onde é que vai o tesouro de seu avô, Sr. Álvaro Pacheco de Andrade, Sr. barão, Sr. visconde, Sr. conde, Sr.... Quer mais? Dê as suas ordens.

José Maria casquinava uma risada de elevada inteligência, quanto os obreiros, rodeando o caixote, se embasbacavam uns nos outros, e todos no rosto de Álvaro com a mais sincera e respeitosa estupidez.

Novamente instado para que dissesse onde o caixão devia ser levado, Álvaro respondeu:

— A minha mãe, que sabe o que são pobres.

*

*

*

E os primeiros pobres, que relativamente enriqueceram nas aldeias convizinhas, foram os descendentes dos irmãos daquele feitor que muitos alcunharam de fugitivo ladrão do tesouro do capitão-mor, e que se fora a morrer longe dali, e obscuramente, receoso de ser novamente martirizado pelos filhos de seu amo...

Álvaro Pacheco de Andrade, neste ano de 1874, tem quarenta e nove anos, e é conhecido pelo fidalgo de Real de Oleiros. Aquela senhora de tez morena, com cinco formosos filhos, que brincam à volta de outra senhora de setenta anos, é a esposa de Álvaro, e filha de José Maria Guimarães. A dos cabelos brancos, que lhe alvejam na fronte como a coroa de açucenas de uma santa, é a viúva daquele galhardo e infausto D. Juan, assassinado em 1843. O sacerdote ancião, que parece ser da família, é aquele abade que nos leu a *Revista Universal Lisbonense*, e a quem eu devo e agradeço os comentários ao fogo e pungente artigo, que me parece ser do meu prezado mestre e adorador visconde de Castilho.

In *Noites de Insónia*, de Camilo Castelo Branco.